



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Curso	Código	Disciplina
Centro de Educação	MPE-1001	Políticas Públicas e Gestão Educacional
Professores: Dulcinéa Campos Silva	Semestre: 2023	Carga Horária 30 hs
	1	Créditos 2

Ementa:

Analisa o processo de formulação, planejamento, implementação e avaliação de políticas educacionais e da gestão educacional em sistemas, redes e unidades na perspectiva da efetividade dos preceitos constitucionais e legais que asseguram o direito a educação no Brasil.

Objetivos:

- Caracterizar os elementos essenciais para a compreensão do conjunto da política educacional brasileira.
- Discutir a gestão educacional no âmbito das relações Inter federativas, das diferentes das esferas governamentais e unidades educativas.

Metodologia:

Para o desenvolvimento da disciplina serão realizadas aulas expositivas dialogadas, apresentação de painéis e seminários, discussões temáticas, pesquisas em grupo, análise de documentos e produção de textos.

Metodologia dos Seminários temáticos

- Grupo que apresentará o seminário: Leitura obrigatória dos textos básicos para articulação da exposição, além dos textos e materiais que utilizarem na pesquisa;
- Alunas/os que não apresentam trabalho no dia: Leitura mínima obrigatória do primeiro texto e um outro a escolha, entre os textos básicos listados, conforme cronograma dos seminários;
 - Entrega de síntese com resumo/roteiro (de 1 a 2 laudas - para entrega a todos os colegas com antecedência mínima de dois dias (e-mail).
 - A exposição do grupo não deverá ultrapassar 50 minutos

Trabalho final: A definir

Avaliação:

Os participantes serão avaliados tendo em vista os seguintes critérios: - Participação nas atividades

desenvolvidas nos debates, painéis, pesquisas – 3,0 pts. - Preparação e apresentação de seminário temático coletivo – 3,0 pts.

- Produção trabalho final - 4,0 pts.

Cronograma:

UNIDADE 1 A SOCIEDADE E O ESTADO E DEMOCRACIA (20, 27/03 e 10 e 24/04)

- 1.1 AS CONCEPÇÃO DE ESTADO EM ÈMILLE DURKHEIM, MAX WEBER, KARL MARX E ANTÔNIO GRAMISCI
- 1.2 GLOBALIZAÇÃO E ESTADO MODERNO
- 1.3 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ATIVIDADE DE LEITURA: Identifique a concepção de Estado na teoria social dos autores e como cada uma dessas formas de Estado define a sua concepção homem, da divisão social do trabalho. Qual dessas concepções constituem as bases do Estado atual globalizado. Analise os avanços e permanências históricas e suas implicações para a Política Educacional nos tempos atuais.

Textos base:

1 Vídeo: CHAUÍ, Marlina. Breve história da democracia. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=k1MIsK5D0LQ>

2 CONCEIÇÃO Silvano da; LEME Alessandro André DEMOCRACIA E ESTADO MODERNO NO CONTEXTO GLOBAL: DILEMAS E CONTRADIÇÕES. Disponível em: 8408-Texto%20do%20artigo-18709-1-10-20210507%20(2).pdf (10/04)

2 VARES, Sidnei Ferreira de. Émile Durkheim e o Estado. Disponível em: [mediacoes,+Gerente+da+revista,+37975-233869-1-CE%20\(1\).pdf](#)

3 WINTER, Moacir . O ESTADO EM DURKHEIM: ELEMENTOS PARA UM DEBATE SOBRE SUA SOCIOLOGIA POLÍTICA. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/bpG9C9CdFp8KHX4H5GyzfLz/#>

4 BIANCHI, Álvaro. O conceito de estado em Max Weber . Disponível em: www.scielo.br/j/ln/a/bNshhdRwcCdKfVKLdJMjX9L/?lang=pt

5 CARNOY, Martin. Estado e Teoria política. (equipe de trad. PUCCAMP) 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1988. (Capítulo
Capítulo 1 O Estado e o Pensamento Político Norte-americano (p.19);
Capítulo 2. Marx, Engels, Lenin e o Estado (63);
Capítulo 3. Gramsci e o Estado (89)

GT1 (08/05)**UNIDADE II: POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO****1 POLÍTICA EDUCACIONAL E O ESTADO NEOLIBERAL**

QUESTÃO DO SEMINÁRIO TEMÁTICO: Discuta o Conceito de neoliberalismo e como ele vem transformando a educação como estratégia de mobilizar a população na luta por mercados e lucros e como essa Política afeta a vida dos alunos e dos professores na escola.

Nessa lógica mercantil em que a educação é uma mercadoria, implica mudanças ideológicas da escola e do funcionamento do sistema de ensino, impondo sobre eles que tipo gestão?

Que política educacional alternativa podemos fazer para recolocar o comum no centro da instituição escolar. Como quebrar a lógica da sociedade neoliberal e promover outros padrões educacionais que não o da competição impostas pelas atuais políticas educacionais?

Textos base:

1 BORGES, Samuel Silva. Da crise do liberalismo à hegemonia neoliberal A constituição de uma razão-mundo competitiva e empresarial. Disponível em: www.revistas.usp.br/plural/article/download/149022/146182/305978

2 LAURELL, Asa Cristina [et al.] (orgs.). Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: Estado e políticas sociais no neoliberalismo. Tradução de Rodrigo León Contrera. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

3 AYRES, Natália; ARAÚJO, Raquel Dias ; CHAGAS, Eduardo Ferreira. ESTADO, EDUCAÇÃO E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: ENTRELACAMENTOS TEÓRICO-PRÁTICOS. Disponível em: [www.periodicos.ufc.br > dialectus > article](http://www.periodicos.ufc.br/dialectus/article)

4 SCAF. Elisangela Alves da Silva. Estado, Mercado e Educação: arranjos e tendências. Educação Unisinos n.21, v.2, p. 146-154, maio/ago. 2017

GT1 (08/05)**UNIDADE III: POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO (22/05).**

QUESTÃO SEMINÁRIO TEMÁTICO: Analise a autonomia da educação e da gestão no atual contexto político, econômico e social e suas implicações para o fortalecimento da gestão democrática e desenvolvimento da cidadania. Como o atual modelo de educação e de gestão dialoga com as necessidades sociais dos sujeitos e com as desigualdades sociais.

Como a gestão e administração da educação, além de se apresentar como parte integrante das políticas educacionais, podem se configurar como produtora e não reprodutora de tais políticas.

1 KRUPPA, S. M. O Banco Mundial e as políticas públicas de educação nos anos 90. Trabalho apresentado na 24ª. Reunião Anual da ANPED. Caxambu, out. 2001. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/24/T0511651397173.doc. Acesso em: 26 jul. 2009.

2. PERONI, Vera Maria Vidal. O ESTADO BRASILEIRO E A POLÍTICA EDUCACIONAL DOS ANOS 90. UFRS. Rio Grande do Sul, (ano?) . Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/0508t.PDF>

3. BRZEZINSKI, Iria. TRAMITAÇÃO E DESDOBRAMENTOS DA LDB/1996: EMBATES ENTRE PROJETOS

ANTAGÔNICOS DE SOCIEDADE E DE EDUCAÇÃO Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 8 n. 2, p. 185-206, jul./out.2010. <http://www.scielo.br/pdf/tes/v8n2/a02v8n2.p>

4. DOURADO, Luiz Fernandes. POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: LIMITES E PERSPECTIVAS. Disponível em: www.scielo.br

GT 2 (22/05)

UNIDADE IV: NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB), DE 1996 (05/06)

- DIREITO À EDUCAÇÃO: INCLUSÃO E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS
- NÍVEIS ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO
- A CONAE, O PNE, O SNE E OS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA
- O NOVO ENSINO MÉDIO E PROFISSIONAL

QUESTÕES DO SEMINÁRIO TEMÁTICO: Como a problematização sobre a construção da igualdade social e a superação das desigualdades pode ser pautada no exercício da prática democrática da escola e como a escola pode obter o reconhecimento da diversidade no desenvolvimento socioeconômico, cultural, econômico e político da sociedade?

Compare o disposto na legislação educacional com a realidade educacional em que você atua e discuta se a lei transforma as necessidades sociais dos sujeitos em demandas educacionais.

Textos base:

1. BRZEZINSKI, Iria. TRAMITAÇÃO E DESDOBRAMENTOS DA LDB/1996: EMBATES ENTRE PROJETOS ANTAGÔNICOS DE SOCIEDADE E DE EDUCAÇÃO Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 8 n. 2, p. 185-206, jul./out.2010. <http://www.scielo.br/pdf/tes/v8n2/a02v8n2.pdf>

2. LDB e o Sistema de Ensino Brasileiro (Vídeo-aula-USP - por Luciana Buainain Jacob). Disponível em: <https://eaulas.usp.br/portal/video.action?idItem=9607>

3 OLIVEIRA, Edna Castro et al. (Org.) Trajetória histórica das políticas públicas da educação de jovens e adultos no estado do espírito santo no período de 1995 a 2004.

4 Damires Cláudia de Lima Alves (Faceq) Samara Rodrigues Landim (Faceq). NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: IMPACTOS NA VIDA PROFISSIONAL DO JOVEM TRABALHADOR. UM ESTUDO DE CASO DA ESCOLA TÉCNICA DE CARAPICUÍBA/SP. Disponível em: uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170427174449.pdf

3. (FNE) FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO FNEEDUCAÇÃO BRASILEIRA: INDICADORES E DESAFIOS DOCUMENTO DE CONSULTA. Brasília, DF, 2013. Disponível em: www.jaciara.mt.gov.br/arquivos/anexos/05062013105723.pdf

4. CURY, Carlos Roberto Jamil. A EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL. www.scielo.br/j/es/a/Hj6wG6H4g8q4LLXBcnxRcxD

5. OLIVEIRA, J.F.; MORAIS, DOURADO, L.F. Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática: sistemas de ensino, órgãos deliberativos e executivos, regime de colaboração, programas, projetos e ações. Escola de Gestores. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4->

REFERENCIAIS LEGAIS DE APOIO À UNIDADE IV

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Capítulo III - Da educação, da cultura e do desporto - Seção I - Da educação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >

_____. Lei 9.394, de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm >

_____. Lei 13.005, de 25 junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

GT2 (22/05)

UNIDADE V: PLANOS DECENAIS PARA EDUCAÇÃO (NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAIS): PAPEL DO FÓRUMS E CONSELHOS. CUMPRIMENTO DOS PRAZOS DAS METAS E ESTRATÉGIAS (NACIONAL E ESTADUAL), CONAE/CONAPE

QUESTÕES DO SEMINÁRIO TEMÁTICO: Analise a função do Plano Nacional de Educação na construção da política educacional pautada no referente social. O que revela o relatório do PNE e como isso repercute na qualidade da educação?

Textos base:

1 - DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira. Brasília : Inep, 2016. Disponível em:

<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/523064/PLANO+NACIONAL+DE+EDUCAÇÃO+-+Política+de+Estado+para+a+educação+brasileira/2cbb3d59-497d-45a8-a5af-d3bbe814336e?version=1.5>. Acesso em: 20.06.2018.

2 FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO (FNPE). Documento final plano de lutas. Disponível em: <http://fnpe.com.br/docs/documentos/docs-conferencia/fnpe-conape2018-documento-final-planodelutas.pdf>. Acesso em 20.06.2018.

3 RELATÓRIO DO 4º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – 2022. Brasília-DF Inep/MEC 2022
<https://anec.org.br/noticias/anec-participa-de-lancamento-do-relatorio-de-monitoramento-do-pne/>

REFERENCIAIS DE APOIO À UNIDADE V

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano

Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125). Disponível: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 20.06.2018.

GOMES. A.V. (Org.). Plano Nacional de Educação: olhares sobre o andamento das metas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/eduar/Downloads/pne_olhares_gomes.pdf. Acesso em: 20.06.2018.

GOMES, A.V.; SENA, P. Plano Nacional de Educação – atribuições e prazos intermediários da lei Nº 13.005/2014. Nota Técnica. Câmara dos deputados, 2014. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudose-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema11/2014_143661.pdf. Acesso em: 20.06.2018.

GT 3 (05/06)

UNIDADE VI: AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL. (SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO)

1 – MORGADO, José Carlos. Da qualidade da avaliação à avaliação de qualidade. In.: Políticas e gestão da educação : olhares críticos em tempos sombrios. / Oséias Santos de Oliveira, Sueli Menezes Pereira, Neila Pedrotti Drabach (org.). – Curitiba: Ed. UTFPR, 2016. Disponível em: <repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2055/2/politicasgestaoeducacao.pdf>

2 WERLE, Flávia Obino Corrêa. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011.

3 FREITAS, Luiz Carlos. A REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO: Nova direita, velhas ideias. EXPRESSÃO POPULAR São Paulo • 2018.

4 - SOUSA, Sandra Zákia. Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 407-420, jul. 2014

5 - OLIVEIRA, S.B.; MENEGÃO, R.C.S.G. Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação (Resenha do livro de autoria de Diane Ravitch, traduzido por Marcelo Duarte) Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 647-660, abr.-jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a17v33n119.pdf>. Acesso em: 03.08.2018.

6 WERLE, Flávia Obino Corrêa. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011. 2

7 OLIVEIRA, S.B.; MENEGÃO, R.C.S.G. Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação (Resenha do livro de autoria de Diane Ravitch, traduzido por Marcelo Duarte) Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 647-660, abr.-jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a17v33n119.pdf>. Acesso em: 03.08.2018.

REFERENCIAL DE APOIO À UNIDADE VI

1 SANTOS, A. A.; HORTA NETO, J.L. JUNQUEIRA, R.D. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb): proposta para atender ao disposto no Plano Nacional de Educação Brasília, DF : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017. DISPONIVEL EM: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/sistema_nacional_de_avalicao_da_educacao_basica_sinaeb_-_proposta_para_atender_ao_disposto_no_plano_nacional_de_educacao_1.pdf. Acesso em; 10.06.2017

2 ALEXANDRE NETO, Manoel Morais de o. Sistemas de avaliação da educação básica no Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados. Estudos, Maio, 2015. HORTA NETO, João Luiz. Avaliação educacional no Brasil para além dos testes cognitivos. Rev. educ. PUC-Camp., Campinas, 23(1):37-53, jan./abr., 2018. Disponível em:

<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/3990/2565>. Acesso em 10.08.2018.

3 NORMAND, Romuald. Mercado, performance, accountability. Duas décadas de retórica reaccionária na educação. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, n. 11, 49-76, 2008.

GT4 (22/05)

UNIDADE VII: FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO SÉCULO XX E AS MUDANÇAS COM A CF DE 1988. O FUNDEF/FUNDEB (CAQ/CAQi) E O CONTROLE SOCIAL.

1 - CURY, Carlos Roberto Jamil. Financiamento da educação brasileira: do subsídio literário ao FUNDEB. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55alegislatura/pec-015-15-torna-permanente-o-fundeb-educacao/documentos/audienciaspublicas/FinanciamentoEBCarlosRobertoJamilCury.pdf>. Acesso em: 20.07.2018

2-SOARES, R.S. O financiamento da educação pública nas Constituições Brasileiras. IN: RANIERI, N.B.S.; ALVES. A.L.A. Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2018. p.49-76. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002627/262765por.pdf>. Acesso em 18.07.2018.

3- DOURADO. Luiz Fernandes et al. Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares n.7). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>. Acesso em: 12.06.2017

4 - TAPOROSKY, Barbara Cristina Hanauer. O valor anual mínimo por aluno do FUNDEB, o CAQi e a reserva do possível. Fineduca – Revista de Financiamento da Educação, Porto Alegre, v. 6, n. 6, 2016. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/62847/39387>. Acesso em: 10.06.2017.

AMARAL, Nelson Cardoso., DOURADO, Luiz Fernandes., AZEVEDO, Janete Maria Lins de., OLIVEIRA, João Ferreira de., AGUIAR, Márcia Ângela da S.(Orgs.). Financiamento da Educação e o Custo AlunoQualidade (CAQ) – Caderno Temático 9. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/1-Cadernos/9Caderno.pdf>. Acesso em 03.06.2017.

REFERENCIAL DE APOIO À UNIDADE VII

1 Citação: Santos, A. do N., Callegari, C. de O., & Callegari, A. C. R. (2022). Avaliação da equidade redistributiva da Complementação da União no Novo FUNDEB. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 30(46). <https://doi.org/10.14507/epaa.30.6754> Este artigo faz parte do dossiê especial, Educação e suas Interfaces com Administração, Contabilidade e Economia: Políticas e Saberes, editada por Zara Figueiredo Tripodi, Ursula Dias Peres e Thiago Alves. DISPONÍVEL EM: epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/download/6754/2806/32052

2 MENDES, D. C. de B. .; GUTIERRES, D. V. G. . Financiamento da Educação Básica no Brasil: a federação em perspectiva. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 222–242, 2021. DOI: 10.14393/REPOD-v10n1a2021-55590. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/55590>. Acesso em: 2 abr. 2023. Disponível em: seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/55590

GT 5 (05/06)

UNIDADE VIII - ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E A POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

1 THIENGO, Lara Carlette; BIANCHETTI, Lucídio; DE MARI, Cezar Luiz. A obsessão pela excelência:

universidades de classe mundial no Brasil?. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 4, n. 3, p. 716-745, ago. 2018. ISSN 2446-9424. Disponível em: . Acesso em: 10.08. 2018.

2 FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educ. rev., Curitiba , n. 28, p. 17-36, Dec. 2006 . Disponível em: . Acesso em: 20.07.2018

1 CAMPOS, D.; CARARO, J. A. Processo formativo escolar em conexão com a realidade do campo: uma escola potencializando essa função educativa. Práxis Educacional, [S. l.], v. 15, n. 32, p. 464-480, 2019. DOI: 10.22481/praxis.v15i32.5064. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5064>. Acesso em: 5 nov. 2022.

2 CAMPOS, D.; FRANÇA, D. M.; SANTANA, V. A organização curricular em alternância nos cursos de formação de professores: PRONERA e Licenciatura em Educação do Campo. Revista Brasileira de Educação do Campo, Tocantinópolis, v. 4, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7334>. Acesso em: 7 jan. 2022.

4 Verbetes do Dicionário da Educação do Campos - ARROYO, Miguel. Formação de educadores do campo. In.: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Galdêncio(Org.). Dicionário da Educação do Campo. Expressão Popular, S. Paulo, 2012.

5 MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. Licenciatura em Educação do Campo. In.: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Galdêncio(Org.). Dicionário da Educação do Campo. Expressão Popular, S. Paulo, 2012.

3 SANTOS, Clarice Aparecida. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). In.: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Galdêncio (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Expressão Popular, S. Paulo, 012

7 MARQUES, Higor Patrocinio. OS TEMAS DOS COMPLEXOS NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO EM ALTERNÂNCIA DE UMA ESCOLA PÚBLICA DO CAMPO, 2022. Dissertação do PPGMPE/UFES)

REFERENCIAIS DE APOIO À UNIDADE VIII

1 BRASIL. MEC. Resumo Técnico: Censo da Educação Superior 2015. 2ª ed. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf. Acesso em: 7.jun.2018.

2 CUNHA, Luiz Antônio. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. Cad. Pesquisa. n..101. p. 20-49, jul, 1997

3 DWYER, Tom (Org.), Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira. Brasília : Ipea; Pequim : SSAP, 2016.Disponivel em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160715_livro_jovens_universitarios.pdf. Acesso em: 06.08.2018

GT6 (05/06)

UNIDADE IX - FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (INICIAL E CONTINUADA)

1 OLIVEIRA, Dalila Andrade . A REESTRUTURAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA NOVA GESTÃO PÚBLICA NA AMÉRICA LATINA.Disponível em: periodicos.ufjf.br/index.php/edufoco/article/download/20071/23200/143318

2 CASAGRANDE, Ieda Maria Kleinert. Políticas de formação docente no Brasil: interferências do Banco Mundial. In.: Políticas e gestão da educação : olhares críticos em tempos sombrios. / Oséias Santos de Oliveira, Sueli Menezes Pereira, Neila Pedrotti Drabach (org.). – Curitiba: Ed. UTFPR, 2016. Disponível em: repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2055/2/politicasgestaoeducacao.pdf

3 CAMPOS, Dulcinéa; **CARARO**, José Américo. PROCESSO FORMATIVO ESCOLAR EM CONEXÃO COM A REALIDADE DO CAMPO: UMA ESCOLA POTENCIALIZANDO ESSA FUNÇÃO EDUCATIVA. Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista ▪ Bahia ▪ Brasil, v. 15, n. 32, p. 464-480, abr./jun. 2019. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/5064/3931>

4ARNONE, kathiúscia Rosane Araújo. A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES NA PERSPECTIVA DA PRÁXIS DISCURSIVA. Dissertação Mestrado (PPGMPE/UFES), 2022.

REFERENCIAL DE APOIO À UNIDADE IX

1 **DOURADO**, L. F. Valorização dos profissionais da educação Desafios para garantir conquistas da democracia. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 18, p. 37-56, jan./jun. 2016. Disponível em:

2 -**BRZEZINSKI**, Iria. Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1139-1166, set./dez. 2008.

3 - **FREITAS**, H.C.L. Contribuição para construção de Diretrizes de uma Política de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação. IN: **AGUIAR**, Márcia Ângela da S., **OLIVEIRA**, João Ferreira de (Orgs.). Valorização dos profissionais da educação: formação e condições de trabalho. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016. p.31-56

4 **BRZEZINSKI**, Iria. (Org.). Políticas de formação do magistério: ANFOPE em movimento. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018. **AGUIAR**, Márcia Ângela da S., **OLIVEIRA**, João Ferreira de (Orgs.). Valorização dos profissionais da educação: formação e condições de trabalho. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016.

(GT 7 (19/06)

UNIDADE XIII - POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GESTÃO NOS SISTEMAS ESTADUAL E MUNICIPAIS DO ESPÍRITO SANTO: A) FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS; B) PRÁTICAS, PROJETOS E SUJEITOS; C) AVALIAÇÃO C) - REDES MUNICIPAIS – ORGANIZAÇÃO, ESTRUTURA E ATUALIDADE (DUAS REDES) D) - REDE ESTADUAL – HISTÓRIA E ATUALIDADE.

1 - **OLIVEIRA JUNIOR**, Rui Barbosa. As políticas educacionais do segundo mandato do governo Paulo Hartung e seus impactos no trabalho docente. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. Vitória, 2013. Capítulo 2. p.59 - 90. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6080/1/Ruy%20Barboza%20de%20Oliveira%20Junior.pdf>. Acesso em: 20.07.2018.

2 **PETERLE**, Tatiana Santos. A política estadual de educação no espírito santo: o papel do projeto “escola viva” no direito social à educação básica e profissional. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. Vitória, 2016. Capítulo 5. p.134 - 174. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8595/1/tese_10601 DISSERTA%C3%87%C3%83O.%20Tatiana%20Gomes%20dos%20Santos%20Peterle.pdf. Acesso em: 20.07.2018

3 -**OLIVEIRA**, Ueber José de.; **LIRIO**, Marcos Marcelo. O projeto escola viva: a política de educação neoliberal de Paulo Hartung, no espírito santo (2003-2016). CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife), n. 35, p. 273-295, Jan-Jun, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/25043>

BIBLIOGRAFIA

ADRIÃO, Theresa. BEZERRA, Egle Pessoa. O setor não lucrativo na gestão da educação pública: corresponsabilidade ou debilidade. Currículo sem Fronteiras, v. 13, n. 2, p. 256-268, maio/ago. 2013. AGUIAR, Márcia Ângela da S., OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). Valorização dos profissionais da educação: formação e condições de trabalho. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016.

AGUIAR, Márcia Angela da S.; OLIVEIRA, João Ferreira de; AZEVEDO, Janete Maria Lins de; DOURADO, Luiz Fernandes; AMARAL, Nelson Cardoso. (Orgs.). Gestão e Autonomia dos Sistemas e das Unidades Educacionais – Caderno Temático 2. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/1-Cadernos/2Caderno.pdf>. Acesso em: 04.07.2017.

ALEXANDRE NETO, Manoel Morais de o. Sistemas de avaliação da educação básica no Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados. Estudos, Maio, 2015.

AMARAL, Nelson Cardoso., DOURADO, Luiz Fernandes., AZEVEDO, Janete Maria Lins de., OLIVEIRA, João Ferreira de., AGUIAR, Márcia Ângela da S.(Orgs.). Financiamento da Educação e o Custo Aluno Qualidade (CAQ) – Caderno Temático 9. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/1-Cadernos/9Caderno.pdf>. Acesso em 03.06.2017.

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Direito à educação básica: A cooperação entre os entes federados Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 4, n. 7, p. 231-243, jul./dez. 2010 ARAÚJO, Gilda Cardoso. Do programa ao Diagrama: uma contribuição sócio-histórica para a relação entre Estado, sociedade e direito à educação. Inter-Ação, Goiânia, v. 41, n. 1, p. 213-232, jan./abr. 2016.

AZEVEDO, J. M. L. A educação como política pública. Campinas: Autores Associados, 1997. BALL, S.J. Educação Global S.A.: Novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, Stephen J.; MAINARDES, Jefferson (Orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. BARRETTO, Elba Siqueira de Sá, Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. Revista Brasileira de Educação v. 20 n. 62 jul.-set. 2015 BARROSO, J. (Org). A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores. EDUCA/Unidade de I&D de Ciências da Educação. Lisboa, 2006.

BASSI, Camilo M. . Implicações dos novos regimes fiscais no financiamento da Educação Pública. Brasília: IPEA, agosto 2018 (Texto para discussão). Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2407.pdf. Acesso em 20.08.2018

BORDIGNON, G. Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em: BOTTOMORE, Tom et al. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Termo de referência N° 03/2014 Produto I – Documento técnico contendo estudo analítico sobre o panorama nacional de efetivação da gestão democrática na Educação Básica no Brasil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=26111-produto1-panoramanacional-efetivacao-gestao-democratica-edu-basica-pdf&category_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192 Acesso em: 22 mar.2017.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Termo de referência n° 03/2014. Produto II. Relatório do estudo analítico sobre as políticas públicas da gestão democrática do ensino público na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=26121-produto2-politicas-publicas-gestao-democratica-ensino-publico-edu-basica-pdf&category_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192 Acesso em: Acesso em: 22 mar.2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Capítulo III - Da educação, da cultura e do desporto - Seção I - Da educação. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> BRASIL. Lei 9.394, de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm >

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm >

BRASIL. MEC. Relatório final. GT CAQ – Portaria 459, de 12 de maio de 2015. Grupo de Trabalho constituído com a finalidade de “elaborar estudos sobre a implementação do Custo Aluno Qualidade – CAQ, como parâmetro para o financiamento da Educação Básica. Brasília, 2015. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/RELATORIO_FINAL_GT_CAQ_out_15.pdf. Acesso em: 10.06.2017.

BRASIL. MEC. Resumo Técnico: Censo da Educação Superior 2015. 2ª ed. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf. Acesso em: 7.jun.2018.

BRASIL. MEC.FNDE. FUNDEB: manual de orientação. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundeb/manual_orientacao_fundeb.pdf. Acesso em 18.06.2017

BRASIL. Plano Nacional de Educação 2014-2024: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125). Disponível: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 20.06.2018.

BRZEZINSKI, Iria. (Org.). Políticas de formação do magistério: ANFOPE em movimento. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2018.

BRZEZINSKI, Iria. Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1139-1166, set./dez. 2008.

CALLEGARI, C. (Org.) O FUNDEB e o financiamento da educação pública no Estado de São Paulo. 5.ed. São Paulo: Aquariana: IBSA : APEOESP, 2010. 584p. Disponível em: www.apoesp.org.br/d/sistema/publicacoes/172/arquivo/livro-fundeb.pdf. Acesso em: 10.06.2017. CARNOY, Martin. Estado e Teoria política. 4ª ed. Campinas: Papius, 1994.

CÔCO, Dilza; GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. Avaliação externa nas classes de alfabetização no Espírito Santo. Pro-Posições, [S.l.], v. 28, p. 63-87, mar. 2018. ISSN 1982-6248. Disponível em: . Acesso em: 04 ago. 2018

COUTINHO, J.M. Uma História da Educação no Espírito Santo. Vitória: SPDC/UFES, 1993. CRUZ Rosana Evangelista da., SILVA, Samara de Oliveira (Orgs.). Gestão da política nacional de educação: desafios contemporâneos para a garantia do direito à educação. Teresina: EDUFPI, 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. Cad. Pesquisa. n..101. p. 20-49, jul, 1997 CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. RBP AE, v.18, n.2, jul./dez, 2002.p.163-174.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Financiamento da educação brasileira: do subsídio literário ao FUNDEB. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55alegislatura/pec-015-15-torna-permanente-o-fundeb-educacao/documentos/audienciaspublicas/FinanciamentoEBCarlosRobertoJamilCury.pdf>. Acesso em: 20.07.2018

DOURADO, L. F. (Org.). Política e Gestão da Educação no Brasil: novos marcos regulatórios. São Paulo: Xamã, 2009
DOURADO, L. F. Valorização dos profissionais da educação Desafios para garantir conquistas da democracia. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 18, p. 37-56, jan./jun. 2016. Disponível em:

DOURADO, Luiz Fernandes. Plano Nacional de Educação: política de Estado para a educação brasileira. Brasília : Inep, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/523064/PLANO+NACIONAL+DE+EDUCAÇÃO+-+Política+de+Estado+para+a+educação+brasileira/2cbb3d59-497d-45a8-a5af-d3bbe814336e?version=1.5>. Acesso em: 20.06.2018.

DOURADO, Luiz Fernandes et al. Conselho Escolar e o financiamento da educação no Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares n.7). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>. Acesso em: 12.06.2017

DWYER, Tom (Org.), Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira / organizadores: Tom Dwyer ... [et al.]. – Brasília : Ipea; Pequim : SSAP, 2016. Disponível em: http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160715_livro_jovens_universitarios.pdf. Acesso em: 06.08.2018

ESPÍRITO SANTO. Constituição Estadual, de 5 de outubro de 1989, Capítulo III – Da Educação, da Cultura, do Desporto e do Lazer, do Meio Ambiente, e da Ciência e da Tecnologia. Disponível em: http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_internet/downloads/c_est.pdf. Acesso em: 10 fev.2017.

ESTADO, In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO. Dicionário de Política. Brasília: Editora UnB, 1998.2 v ESTADO, In: GIOVANI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio.(Orgs.). Dicionário de políticas públicas. São Paulo: Editora Unesp/Fundap, 2015

ESTADO, In: GIOVANI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio. (Orgs.). Dicionário de políticas públicas. São Paulo: Editora Unesp/Fundap, 2015

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educ. rev., Curitiba , n. 28, p. 17-36, Dec. 2006 . Disponível em: . Acesso em: 20.07.2018

FERREIRA, N. S. C. (Org.) Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Editora Cortez, 2013. FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. Â. da S. (Org.) Gestão da Educação. Impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, Naura S.C. Gestão democrática da educação para uma formação humana: conceitos e possibilidades. Em aberto, Brasília, v.17,n.72 p.167-17, fev./jun., 2000. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485895/Gestão+escolar+e+formação+de+gestores/3d03dfb4-3a86-4b24-b17f-f140ea58bd45?version=1.3>. Acesso em: 13.08.2017.

FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO (FNPE). Documento Referência. Eixo III FRANÇA, M.; BARBOSA JUNIOR, W.P. (Org.). Políticas e práxis educativas. Natal: Editora Caule de Papiro, 2017. Disponível em: <https://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/POLITICAS-E-PRAXISEDUCATIVAS.pdf>. Acesso em: 20.07.2018.

FREITAS, H.C.L. Contribuição para construção de Diretrizes de uma Política de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação. IN: AGUIAR, Márcia Ângela da S., OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). Valorização dos profissionais da educação: formação e condições de trabalho. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016. p.31-56

FREITAS, L.C. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. Cad. Cedes,

Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, maio-ago., 2016

FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003.

GADOTTI, Moacir. Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional. Texto CONAE 2014. Disponível em: http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigo_moacir_gadotti.pdf. Acesso em 20.05.2018

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v.16, n.47, p.333-361, ago. 2011. Disponível em . Acesso em: 04 set. 2018.

GOMES, A.V.; SENA, P. Plano Nacional de Educação – atribuições e prazos intermediários da lei Nº 13.005/2014. Nota Técnica. Câmara dos deputados, 2014. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/acamara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema11/2014_143661.pdf. Acesso em: 20.06.2018.

GOMES. A.V. (Org.). Plano Nacional de Educação: olhares sobre o andamento das metas. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017. Disponível em: file:///C:/Users/eduar/Downloads/pne_olhares_gomes.pdf. Acesso em: 20.06.2018.

GOUVEIA, Andréa Barbosa., PINTO, José Marcelino Rezende, CORBUCCI, Paulo Roberto (Orgs.). Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil. Brasília : Ipea, 2011.

HOFLING, ELOISA DE MATTOS. Estado e políticas (públicas) sociais. Cad. CEDES, Campinas , v. 21, n. 55, p. 30-41, Nov. 2001 . Disponível em: . Disponível em 04 Sept. 2018.

HORTA NETO, João Luiz. Avaliação educacional no Brasil para além dos testes cognitivos. Rev. educ. PUCCamp., Campinas, 23(1):37-53, jan./abr., 2018. Disponível em: <http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/3990/2565>. Acesso em 10.08.2018.

JACOMINI, M; GIL .; CASTRO E C. Jornada de trabalho docente e o cumprimento da Lei do Piso nas capitais. RBPAE - v. 34, n. 2, p. 437 - 459, mai./ago. 2018. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpaef/article/view/86367/49650>. Acesso em: 10.08.2018.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. (Orgs.). Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Maria José Rocha. Origem dos fundos para a educação: breve histórico. In: LIMA, Maria José Rocha., DIDONET, Vital. Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação: avanços na universalização da educação básica. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. P.21-30.

MACEDO E.; PACHECO, J. A. (Orgs.) Globalização e Educação Desafios para Políticas e Práticas. Porto: Porto Editora, 2006. MENDONÇA, Erasto F. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. Educação e Sociedade, Campinas, ano XXII, n.75. p. 84-108, ago. 2001.

NORMAND, Romuald. Mercado, performance, accountability. Duas décadas de retórica reaccionária na educação. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, n. 11, 49-76, 2008.

OLIVEIRA JUNIOR, Rui Barbosa. As políticas educacionais do segundo mandato do governo Paulo Hartung e seus impactos no trabalho docente. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. Vitória, 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6080/1/Ruy%20Barboza%20de%20Oliveira%20Junior.pdf>. Acesso em: 20.07.2018.

OLIVEIRA, D. A. de. Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. (Org.). 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade de. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências. RBPAAE. v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009.

OLIVEIRA, Edna Castro et al. (Org.) Trajetória histórica das políticas públicas da educação de jovens e adultos no estado do espírito santo no período de 1995 a 2004.

OLIVEIRA, J.F.; MORAIS, DOURADO, L.F. Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática: sistemas de ensino, órgãos deliberativos e executivos, regime de colaboração, programas, projetos e ações. Escola de Gestores. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_2.pdf. Acesso em: 20.07.2017

LIVEIRA, Ueber José de.; LIRIO, Marcos Marcelo. O projeto escola viva: a política de educação neoliberal de Paulo Hartung, no espírito santo (2003-2016). CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife), n. 35, p. 273-295, Jan-Jun, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/25043>

OLIVEIRA,S.B.; MENEGÃO, R.C.S.G. Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação (Resenha do livro de autoria de Diane Ravitch, traduzido por Marcelo Duarte) Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 647-660, abr.-jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a17v33n119.pdf>. Acesso em: 03.08.2018.

FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO (FNPE). Documento final plano de lutas. Disponível em: <http://fnpe.com.br/docs/documentos/docs-conferencia/fnpe-conape2018-documento-final-planodelutas.pdf>. Acesso em 20.06.2018.

PETERLE, Tatiana Santos. A política estadual de educação no espírito santo: o papel do projeto “escola viva” no direito social à educação básica e profissional. Dissertação (Mestrado em educação). Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. Vitória, 2016. p.134 - 174. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8595/1/tese_10601 DISSERTA%C3%87%C3%83O.%20Tatiana%20Gomes%20dos%20Santos%20Peterle.pdf. Acesso em: 20.07.2018

PINTO, Jose Marcelino Resende. Uma proposta de custo-aluno-qualidade na educação básica. RBPAAE – v.22, n.2, p. 197-227, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/18877/10996>. Acesso em: 03.08.2018

Planos decenais, SNE e gestão democrática, participação popular e controle social. Disponível em: <http://fnpe.com.br/docs/documentos/docs-conferencia/fnpe-conape2018-documento-final-planodelutas.pdf>. Acesso em 20.06.2018. POCHMANN, Marcio. Estado e capitalismo no Brasil: a inflexão atual no padrão das políticas públicas do ciclo político da nova república. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 139, p.309-330, abr.-jun., 2017

SANDER, Benno. A produção do conhecimento em políticas e gestão da educação. Linhas críticas, v.11. n.20. p.41-54, jan./jun.2005. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/5372/4478>. Acesso em: 05.07.2017

SANTOS, A. A.; HORTA NETO, J.L. JUNQUEIRA, R.D. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb): proposta para atender ao disposto no Plano Nacional de Educação Brasília, DF : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017. DISPONIVEL EM: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/sistema_nacional_de_avaliao_da_educacao_basica_sinaeb_-_proposta_para_atender_ao_disposto_no_plano_nacional_de_educacao_1.pdf. Acesso em; 10.06.2017

SAVIANI, D. Educação Brasileira: Estrutura e Sistema. 10 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. SCAF.

Elisângela Alves da Silva. Estado, Mercado e Educação: arranjos e tendências. Educação Unisinos n.21, v.2, p. 146-154, maio/ago. 2017

SCHEIBE, Leda AGUIAR, Valorização dos profissionais de educação: a formação como foco. In: Márcia Ângela da S., OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). Valorização dos profissionais da educação: formação e condições de trabalho. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016.p. 13-30.

SILVA, Benedicto. Dicionário de Ciências Sociais. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

SOARES, R.S. O financiamento da educação pública nas Constituições Brasileiras. IN: RANIERI, N.B.S.; ALVES. A.L.A. Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2018. p.49-76. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002627/262765por.pdf>. Acesso em 18.07.2018.

SOUSA, Sandra Zákia. Concepções de qualidade da educação básica forjadas por meio de avaliações em larga escala. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 407-420, jul. 2014

SOUZA, Ângelo Ricardo de. TAVARES, Taís Moura. Gestão democrática da escola e da educação: da teoria à prática. In: AZEVEDO, Janete Maria Lins de.; AGUIAR, Márcia Angela da S.(Orgs.). Qualidade Social da Educação Básica. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016.

TAPOROSKY, Barbara Cristina Hanauer. O valor anual mínimo por aluno do FUNDEB, o CAQi e a reserva do possível. Fineduca – Revista de Financiamento da Educação, Porto Alegre, v. 6, n. 6, 2016.Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/62847/39387>. Acesso em: Acesso em: 10.06.2017.

THIENGO, Lara Carlette; BIANCHETTI, Lucídio; DE MARI, Cezar Luiz. A obsessão pela excelência: universidades de classe mundial no Brasil?. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, SP, v. 4, n. 3, p. 716-745, ago. 2018. ISSN 2446-9424. Disponível em: . Acesso em: 10.08. 2018.

UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Orientações ao dirigente municipal de educação: fundamentos, políticas e práticas. São Paulo: Fundação Santillana, 2012 Disponível em: < https://undime.org.br/uploads/documentos/phpXS7pws_5703f651a3666.pdf >. VAN ZANTEN, A. Dicionário de educação. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

VIEIRA, Juçara Dutra. Valorização Profissional: um diálogo com as metas do PNE In: Márcia Ângela da S., OLIVEIRA, João Ferreira de (Orgs.). Valorização dos profissionais da educação: formação e condições de trabalho. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016.p. 57-83

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011.

ZAINKO, M.A.S. Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção histórica. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 827-831, nov. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/12.pdf>. Acesso em: 20.07.2018

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Galdêncio(Org.). Dicionário da Educação do Campo. Expressão Popular, S. Paulo, 2012.

PORTAIS E SITES

<http://cyted.riaipe.net>

<http://hdr.undp.org>

<http://portal.mec.gov.br/prouni/>

<http://portal.unesco.org>

<http://reuni.mec.gov.br/>

<http://unesdoc.unesco.org>

<http://www.anped.org.br>

<http://www.cdl.org>

<http://www.educoas.org>

<http://www.inep.gov.br>

<http://www.oei.es>

<http://www.planalto.gov.br>

<http://www.rieoei.org>

<http://www2.camara.gov.br>